

A luta camponesa construindo transição agroecológica no Mato Grosso: resistência ao modelo hegemônico da pecuária industrial

Sílvio Isoppo Porto¹
Diana Aguiar²
Fátima Aparecida Moura³
Leonel Wohlfahrt⁴

No Sudoeste do Mato Grosso, há quase vinte anos, o assentamento de reforma agrária Roseli Nunes se constitui em uma experiência de resistência ao modelo hegemônico do agronegócio. Mesmo sofrendo pressões diversas e uma série de incentivos públicos e privados para ceder à pecuária industrial, o movimento agroecológico organiza as famílias que resistem e contribuem para a soberania alimentar. As estratégias produtivas e de comercialização contra-hegemônicas manejadas pelas famílias articuladas na Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA) mostram que a agroecologia se faz com o pé no chão e a perseverança da organização social.

Antecedentes históricos

Até a primeira metade do século XX, a pecuária no Brasil era uma atividade majoritariamente extensiva, realizada em pastagens naturais e voltada para o consumo dos mercados nacional e locais – mesmo no caso das grandes fazendas, já historicamente marcadas pela concentração, exclusão e exploração. A partir dos anos 1940, em alguns lugares, mas sobretudo a partir dos anos 1970, de forma mais ampla, dá-se maior impulso ao desenvolvimento da pecuária industrial, caracterizada, grosso modo, pela maior escala de produção, pela ampliação das pastagens plantadas e pela maior infraestrutura logística e de frigoríficos que permitiu a disponibilização da carne resfriada e congelada para mercados de maior distância, inclusive para a exportação.

O estado do Mato Grosso foi palco importante da estratégia do regime militar de promover, por meio de subsídios a projetos agropecuários, a atração de empresários e colonos rurais do Sul e Sudeste do país para a Amazônia Legal⁵. A abertura de

¹ Doutorando em Meio Ambiente e Sociedade pela Universidad Pablo de Olavide (Sevilla).

² Assessora Nacional da FASE e Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

³ Coordenadora da FASE Mato Grosso, Agrônoma e Especialista em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

⁴ FASE Mato Grosso

⁵ A Amazônia Legal é uma denominação administrativa para fins de ação pública criada pela Ditadura Militar em 1966 que vai além do bioma amazônico estrito sensu. O estado do Mato Grosso localiza-se inteiramente dentro da chamada Amazônia Legal, embora esteja caracterizado pela transição entre três biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal. Tal é o caso da região específica onde se localiza o

intensas frentes de expansão, marcadas pelo desmatamento e a expulsão de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais converteram-se na base do estabelecimento da pecuária industrial no país e no estado. Atualmente, em função da grave conjuntura política, esse processo tende a se agudizar, pois aumentou o risco de serem griladas as Terras Indígenas (incluindo as que já estão demarcadas pelo governo federal) e os territórios quilombolas (devido à suspensão dos processos de reconhecimento dessas áreas tradicionais).

A insustentabilidade da pecuária industrial

As áreas dos estabelecimentos rurais brasileiros somam, atualmente, cerca de 350 milhões de hectares (ha) (IBGE, 2018⁶), ocupando ao redor de 40% da área total do território brasileiro. Por sua vez, as áreas de pastagens somam 158 milhões de ha (IBGE, 2018), representando 43% da área total desses estabelecimentos rurais. A pecuária industrial de corte é hegemônica aos demais sistemas pecuários estabelecidos no país e abarca a maior parte do rebanho bovino total, estimado em 215 milhões de cabeças⁷. A escala, intensidade e impulso à padronização no uso de recursos naturais, que caracteriza esse modelo produtivo, o coloca em conflito direto com os usos e modos de vida e produção indígenas, tradicionais e camponeses, em especial nos sistemas tradicionais que funcionam com base no uso comunitário da terra, água e biodiversidade⁸. De forma sistemática, em distintos lugares por onde avança, o modelo industrial promove expulsões e contaminações e compromete o acesso e a garantia da posse e uso da terra, território, água e biodiversidade a esses povos.

De forma mais ampla e estrutural, o modelo da pecuária industrial implica no desmatamento e na consequente erosão da biodiversidade e dos saberes tradicionais associados, na degradação e exaustão da terra e das águas, na perda de resiliência dos agroecossistemas, na quebra de ciclos hidrológicos e ecossistêmicos e na desestabilização de microclimas. Os sistemas tradicionais foram se desenvolvendo ao longo de séculos, e até milênios, por meio do trabalho cuidadoso de manejo e adaptação e do acúmulo de saberes sobre os diversos agroecossistemas pelos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. São, portanto, sistemas complexos – pois se desenvolvem por meio da interação com os agroecossistemas – e resilientes –

Assentamento Roseli Nunes, ao qual se refere esse estudo de caso.

⁶ Censo Agropecuário 2017.

⁷ Pesquisa Pecuária Municipal - PPM (IBGE, 2018)

⁸ SCHMITT, Claudia Job. A cadeia industrial da carne: segurança e soberania alimentar e agroecologia. In: AGUIAR, Diana; TURA, Letícia Tura (orgs.). Cadeia Industrial da Carne: Compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos. Rio de Janeiro: FASE, 2016. 88 p. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Livro-Cadeia-Industrial-da-carne.pdf>

pois foram testados e adaptados ao longo do tempo e nos agroecossistemas específicos, em sua diversidade. A pecuária industrial, ao contrário, promove um sistema monocultural, alicerçado na simplificação do meio, através da supressão da biodiversidade e no uso intensivo de insumos exógenos, para o estabelecimento de pastagens plantadas e da padronização de raças e manejo. A insustentabilidade desse modelo e sua incompatibilidade com os sistemas tradicionais e agroecológicos é flagrante.

Diante do acúmulo de críticas, especialmente associadas ao fato de que a pecuária industrial é o maior vetor do desmatamento no país, parte do agronegócio – em especial aquele mais inserido em cadeias globais de commodities – tem dedicado esforços consideráveis para parecer sustentável (*greenwashing*). Sua falsa solução mais divulgada é a intensificação da produtividade, garantindo poder ter mais sustentabilidade ao produzir mais em menos espaço.

Há de se ter cautela, no entanto, com dados agregados que podem contribuir à falsa interpretação de que essa atividade econômica esteja se tornando mais sustentável, como por exemplo o dado de que, do início do processo de impulso à pecuária industrial, em 1985, até 2017, as áreas totais de pastagens foram reduzidas, de 179,2 milhões⁹ para os 158 milhões de ha atuais. Ao analisar detidamente o que esses dados não revelam à primeira vista, vê-se de fato um modelo ainda mais insustentável em razão do aprofundamento dos problemas estruturais da pecuária industrial, seja (1) pela intensificação produtiva, (2) pela intensificação do desmatamento ou (3) pela intensificação do controle corporativo da cadeia.

(1) Intensificação produtiva

O processo de intensificação produtiva da pecuária vem exigindo mudanças no modelo de produção que estão levando ao uso de práticas cada vez mais “artificiais” ou distantes de uma lógica que dialogue com o contexto dos agroecossistemas onde estão inseridos esses rebanhos. Deste modo, a pecuária se estandariza cada vez mais e, independente do bioma onde está sendo produzida, as práticas adotadas referem-se a aspectos relativos à genética, sanidade, nutrição e manejo que otimizem ampliar a escala de produção.

O uso da inseminação artificial (IA) é uma prática recorrente nos diferentes sistemas de produção da pecuária brasileira, em especial na pecuária industrial de corte. Esse processo de manipulação genética, que por meio da IA possibilita a reprodução de inúmeras crias filhas do mesmo touro, contribui para a padronização e especialização

⁹ O pico histórico da área total de pastagens no país.

das raças. Essa prática tende a estabelecer um rebanho mais suscetível, caso venha a ocorrer uma enfermidade, pois a padronização genética facilita a sua proliferação. Outro problema derivado disso é a erosão genética, com a progressiva perda de rusticidade das raças crioulas ou acriouladas, característica que as torna menos exigentes à suplementação alimentar pois estão mais adaptadas à botânica nativa dos diferentes agroecossistemas, um elemento especialmente relevante em períodos de maior estiagem.

Assim, outro aspecto importante desse processo de intensificação da produtividade é a exigência de maior disponibilidade de alimentos, o que pode se dar tanto pelo incremento do uso das pastagens, como pela via da suplementação alimentar ou da conjugação de ambas, um processo permeado de problemas. Por um lado, uma das formas de "melhoria" das pastagens se dá através do uso intensivo de herbicidas para mantê-las "limpas", contaminando, por consequência, o solo e as águas. Os trabalhadores rurais que aplicam esses herbicidas estão diretamente expostos a estes, o que pode afetar sua saúde. Além disso, quando se trata de pastagem para a pecuária de leite, resíduos químicos podem contaminar também o leite das vacas. Por outro lado, a suplementação alimentar - à medida que se avança para um modelo mais intensivo no uso do confinamento - tende a demandar ração animal à base de soja e milho, promovendo o avanço dos monocultivos.

Dessa forma, essa promoção da intensificação dos tempos, insumos e tecnologias, encurtando os tempos de produção e maximizando o uso do espaço, é realizada por meio de intervenções que contribuem para aprofundar os problemas estruturais da pecuária industrial, provocando inclusive uma maior degradação das pastagens. Estimativas da Embrapa apontavam que, já em 2006, o Brasil tinha 100 milhões de ha de pastagens com nível de degradação forte ou moderado¹⁰. Assim, todo esse processo vem levando, cada vez mais, ao distanciamento dos processos naturais, por meio da manipulação genética, aliada à intensificação do uso de insumos, reduzindo assim a biodiversidade e ampliando a suscetibilidade dos sistemas de produção.

(2) Intensificação do desmatamento

Outro elemento central que não se pode perder de vista ao se analisar a redução em números absolutos das pastagens é que houve um processo de transformação geográfica da pecuária no Brasil nesse período: monocultivos de soja e milho avançaram sobre áreas previamente destinadas a pastagens (em especial, na Mata Atlântica e no Cerrado), deslocando parte do rebanho bovino para novas áreas de

¹⁰ DIAS-FILHO, Moacyr Bernardino. Diagnóstico das pastagens no Brasil. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2014. Disponível em:

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/986147/1/DOC402.pdf>

pastagens abertas sobre a floresta (em especial, na Amazônia). Para que se tenha ideia da dimensão do desmatamento envolvido nesse processo, entre 1985 e 2017, o desmatamento de florestas e formações savânicas no Brasil para o estabelecimento de pastagens foi da ordem de 62,2 milhões de ha, 56,2% dos quais na Amazônia e 28,79% no Cerrado¹¹. No mesmo período, 21,6 milhões de ha de pastagens no Brasil foram convertidas em áreas de cultivo (anual ou perene) ou mosaico (de agricultura e pastagem), 8,3 milhões dos quais no Cerrado¹².

Isso quer dizer que no mesmo período em que a área total de pastagens se reduziu no país, o desmatamento para abertura de novas pastagens aumentou ainda mais. A pecuária segue sendo o maior vetor do desmatamento no Brasil, contribuindo para o aprofundamento dos problemas estruturais do modelo e de conflito sistemático com os povos das florestas e dos cerrados.

(3) Intensificação do controle corporativo da cadeia

Se a pecuária em grandes propriedades já é marcada pela exclusão e concentração no acesso e uso da terra, água e biodiversidade, nos últimos anos esse padrão foi acentuado pela intensificação do controle corporativo da cadeia industrial da carne. Diversos segmentos da cadeia, como o de sementes e biotecnologia, produtos químicos, máquinas e equipamentos, genética e saúde dos animais, são concentrados nas mãos de poucas empresas¹³, com uma tendência de ainda maior concentração em razão de fusões e aquisições. O poder corporativo derivado dessa concentração implica na promoção do modelo monocultural e intensivo em insumos da pecuária industrial.

O segmento do processamento e distribuição de carnes é também extremamente concentrado e conta com algumas transnacionais brasileiras nos primeiros postos do ranking. A política dos “Campeões Nacionais” do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) propiciou que um conjunto de empresas cujo capital tem origem no Brasil passasse a figurar entre as maiores do setor de frigoríficos no mundo. Entre 2007 e 2013, período em que vigorou a política, o BNDES injetou R\$ 18 bilhões em apenas cinco empresas (dentre elas os frigoríficos JBS e Marfrig). A JBS recebeu o maior volume: R\$ 10 bilhões. Além disso, entre 2005 e 2014, os frigoríficos JBS,

¹¹ Dados obtidos a partir da sistematização da base do Projeto MapBiomass – Coleção 3.1 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 24 de abril de 2019 através do link: <http://mapbiomas.org/map#transitions>

¹² Idem.

¹³ SHARMA, Shefali. O complexo industrial global da carne: tempo de agir. In: AGUIAR, Diana; TURA, Letícia Tura (orgs.). Cadeia Industrial da Carne: Compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos. Rio de Janeiro: FASE, 2016. 88 p. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Livro-Cadeia-Industrial-da-carne.pdf>

Marfrig, Independência e Bertin receberam R\$ 11 bilhões em participação acionária do banco via BNDESPar. O banco também estruturou o processo de fusão da Sadia com a Perdigão, resultando na criação da Brasil Foods (BRF), empresa do setor de aves e suínos. A política de campeões nacionais foi instrumental para que estas empresas adquirissem o poder de que hoje gozam: a JBS, atualmente a maior produtora e exportadora de carnes do mundo, não estava nem entre as 400 maiores empresas em operação no Brasil em 2002¹⁴.

Para se ter uma ideia da concentração do mercado no país resultante desse processo, em 2007, onze grandes exportadores representavam 70% das exportações do Brasil, enquanto em 2015, apenas três empresas (JBS, Marfrig e Minerva) realizaram 80% das exportações¹⁵. Por meio desse processo, recursos públicos foram utilizados para fortalecer grandes empresas, favorecendo a concentração de mercado e seu poder de determinação sobre os preços pagos aos produtores e os padrões exigidos. Considerando a importância que a comercialização tem para a resiliência dos sistemas produtivos, como veremos no detalhamento do estudo de caso a seguir, esse grau de concentração e controle corporativo sobre cadeias produtivas limita ainda mais a capacidade de resistência dos sistemas agroecológicos ao modelo hegemônico.

A resistência camponesa: luta pela terra e transição agroecológica

O estado do Mato Grosso possui o maior rebanho bovino do país (cerca de 31 milhões de cabeças), além de ser o maior estado brasileiro na produção de soja, milho e algodão. Esse avanço do agronegócio constitui um contexto brutal no qual se dá a experiência que focalizamos neste estudo de caso.

O Roseli Nunes é um assentamento de reforma agrária que simboliza a resistência camponesa e a luta pela terra no estado. Situa-se em uma região de transição entre três biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal. No fim dos anos 1990, uma fiscalização do Ministério do Trabalho numa antiga fazenda de gado do município de Mirassol d'Oeste flagrou trabalhadores rurais que trabalhavam ali em condições análogas à escravidão. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) lutou pela sua desapropriação para fins de reforma agrária. Em 2000, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) desapropriou a antiga fazenda na qual hoje estão assentadas 331 famílias, distribuindo seus cerca de 11 mil ha igualmente em lotes de 25 ha para cada família.

¹⁴ SCHLESINGER, Sergio. Indústria da Carne: Poucos Campeões, Muitos Perdedores. In: What's at steak? The real cost of meat. Impacts of the industrial livestock and feedstock industries on forests, climate change, farmers and communities. Amsterdam: Global Forest Coalition, 2016. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2017/03/brazil-case-study-PT.pdf>

¹⁵ Idem.

Muitas das famílias que foram assentadas no Roseli Nunes são oriundas de outros estados, embora à época residissem na região de Cáceres (município polo dessa região e vizinho ao assentamento). Essas famílias assentadas vinham de trajetórias sociais distintas: algumas acumulavam conhecimento na produção de alimentos, incluindo frutas, legumes, verduras, grãos e produção de animais em pequena escala; algumas tinham familiaridade com o manejo da pecuária de leite, atividade bastante disseminada entre os sistemas de economia familiar do Sudeste e Sul do Brasil; outras, sobretudo os homens de algumas famílias, haviam trabalhado como “empregados” nas grandes fazendas de criação de gado da região.

O incentivo estrutural à pecuária

Ao se estabelecerem em uma terra que já estava amplamente desmatada para o estabelecimento de pastagens, vindos de uma trajetória de trabalho na pecuária e diante do direcionamento do crédito público para a compra de gado (que fluía com mais facilidade do que crédito para outras atividades), para muitos assentados, a implementação da pecuária em suas parcelas era uma escolha quase inevitável.

Outro fator incentivador era que as únicas atividades que possuem estruturas e canais de comercialização que possibilitam vender a produção com regularidade e relativa facilidade é a pecuária (de corte ou de leite), devido à presença de frigoríficos, laticínios e uma cooperativa que processa leite na região, e que buscam o leite diretamente no assentamento. Pequenos grupos de famílias se unem para gerir tanques de resfriamento onde armazenam o leite até a próxima coleta do laticínio, que se dá a cada três dias.

Para muitas famílias, mesmo quando o preço do leite está demasiadamente baixo, a certeza de que será comprado regularmente lhes dá uma segurança de fluxo de caixa incomparável a outra atividade produtiva. Além disso, o gado pode ser vendido em um momento de necessidade, constituindo uma espécie de poupança para as famílias. Assim, a percepção do gado como estoque e fluxo de caixa, mediada pelas maiores possibilidades de comercialização, foi e segue sendo central na definição das estratégias produtivas das famílias.

Por outro lado, a comercialização da produção agroecológica encontra dificuldades históricas e estruturais, agudizadas em um contexto em que os programas de compras públicas estão sendo desmontados pelo projeto de austeridade neoliberal do atual governo. Nesse sentido, se a produção e comercialização agroecológica usualmente se dá dentro de um projeto social de resistência ao modelo hegemônico – que é

amplamente promovido e subsidiado pelo Estado¹⁶ –, essa perspectiva de resistência é ainda mais fundamental no contexto atual.

A agroecologia como resistência contra-hegemônica ao modelo industrial insustentável

O assentamento Roseli Nunes representa historicamente um enclave de resistência frente às grandes propriedades rurais da região, onde predomina a produção de cana-de-açúcar, de gado e mais recentemente a soja. A maior parte dos estabelecimentos rurais em Mirassol D'Oeste são médios ou grandes, sendo a estrutura fundiária bastante concentrada. O assentamento está cercado por grandes empresas rurais, as quais simbolizam o modelo de produção hegemônico do agronegócio na região, sendo inclusive alvo frequente da contaminação por agrotóxicos pela fumigação aérea nas fazendas de monocultivo de soja e cana-de-açúcar do entorno. Há uma enorme pressão de fora para dentro, em relação aos sistemas de produção, levando a contradições internas, pois muitos assentados tendem a reproduzir o modelo das grandes fazendas em seus pequenos lotes de 25 ha, aplicando agrotóxicos no manejo das pastagens ou mesmo promovendo o confinamento de gado de corte.

As experiências agroecológicas constituídas no assentamento Roseli Nunes, no entanto, simbolizam a antítese dos sistemas industriais do agronegócio. Ao longo da trajetória de quase 20 anos do assentamento, parte das famílias passaram a vivenciar as dinâmicas agroecológicas, estabelecendo-as não como mera prática produtiva, mas como um referencial de desenvolvimento rural para a agricultura familiar e camponesa. Nesse contexto, surge a Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), que abrange também famílias de mais dois assentamentos de reforma agrária da região. As dinâmicas agroecológicas envolvem a implantação de quintais produtivos, sistemas agroflorestais, manejo de pastagens, produção de sementes crioulas, organização produtiva e econômica das mulheres e comercialização de frutas, legumes e verduras.

Entre 2005 e 2014, a ARPA passou a acessar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que possibilitou a diversificação produtiva de base agroecológica (pois pagava um preço até 30% superior àqueles pagos aos produtos convencionais), oportunizou a participação das mulheres e jovens do assentamento, contribuiu para alguma recomposição florestal e o resgate e promoção da biodiversidade, sobretudo por meio do incremento dos quintais produtivos articulados pelas mulheres. Por meio desse processo de organização das famílias, a ARPA se fortaleceu enquanto ator

¹⁶ SCHLESINGER, Sérgio. A cadeia produtiva de carnes no Brasil. In: AGUIAR, Diana; TURA, Letícia Tura (orgs.). Cadeia Industrial da Carne: Compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos. Rio de Janeiro: FASE, 2016. 88 p. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Livro-Cadeia-Industrial-da-carne.pdf>

socioproductivo e político, ao exercer, ao mesmo tempo, a mediação política para acessar o PAA e promover a gestão administrativa, financeira e operacional do projeto, possibilitando diversificar a produção, melhorar a segurança alimentar e nutricional das famílias assentadas e ampliar os canais de comercialização. A partir do PAA, a ARPA chegou a mobilizar 90 famílias do Roseli Nunes em torno do projeto de produção e comercialização agroecológica e mais 40 famílias de outros dois assentamentos da região.

No entanto, os retrocessos promovidos por forças conservadoras a partir de 2013, aceleradas com o golpe jurídico-midiático de 2016 e com as eleições de 2018, têm sido crescentes. Como parte dos ataques aos direitos da agricultura familiar e camponesa por meio de programas de austeridade neoliberal, o PAA perdeu força política, levando praticamente ao seu desaparecimento, com implicações diretas sobre os sistemas agroecológicos. Hoje a ARPA depende, acima de tudo, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o que lhe obrigou, para assegurar escala mínima de comercialização, a deslocar-se cerca de 300 km (do assentamento até Cuiabá – capital do estado do Mato Grosso) para entregar os alimentos agroecológicos às escolas da rede pública estadual. Essas mudanças promoveram uma redução de 2/3 na participação social do assentamento na ARPA: atualmente 30 famílias do Roseli Nunes estão participando desse processo de comercialização para o Pnae em Cuiabá, resistindo na defesa da produção de base agroecológica.

As famílias que se engajaram na agroecologia recusaram a perspectiva de que o único caminho possível a seguir era o da pecuária que mimetize o modelo industrial dentro do assentamento. Mesmo tendo recebido lotes com pastagens degradadas pela antiga fazenda, fizeram de suas experiências de transição agroecológica nos quintais produtivos um instrumento central da luta pela terra. Isso não quer dizer que as experiências sejam totalmente dicotômicas. Uma mesma família pode dedicar-se a experiências agroecológicas como quintais produtivos, criar pequenos animais (como porcos e galinhas) para autoconsumo e criar gado para vender o leite de forma relativamente integrada ao modelo industrial. A diversificação produtiva promovida pelas famílias, principalmente as que estão vinculadas ao trabalho da ARPA, representa a conjugação de uma estratégia de autoabastecimento - com os quintais produtivos e a produção dos pequenos animais para autoconsumo, mesmo antes de pensar a produção de excedentes para o mercado, o que representa autonomia e promoção da segurança alimentar e nutricional - associada a uma estratégia de geração de fluxo de renda e poupança.

Além disso, algumas famílias se preocupam em produzir alguns animais (bovinos) livres de vacinas e medicamentos, assim como raças rústicas de pequenos animais (galinhas e porcos) para o consumo da família. Uma das raças de porco identificadas

no assentamento pode ser considerada uma raça crioula que praticamente está se perdendo, devido à substituição por raças de alta produtividade. Esses animais de raças rústicas além de contribuírem para a preservação da biodiversidade, são bem mais adaptados à alimentação à base de restos de vegetais, sem a necessidade de fornecer ração, além de serem mais resistentes a doenças. Ademais, no caso do porco crioulo, se por um lado leva mais tempo para crescer e engordar, quando é abatido, fornece tanto a carne, quanto a gordura (banha), assegurando assim autonomia para o uso doméstico para cozinhar, além de não correr o risco de comprar óleo de soja transgênico.

Avançando na transição agroecológica na contracorrente

Há processos mais recentes de manejo das pastagens por meio do Pastoreio Rotativo Voisin (PRV), que constituem mais um avanço no sentido da transição agroecológica e, mais uma vez, uma experiência que se dá nos marcos da resistência ao modelo hegemônico da pecuária industrial, este amplamente incentivado. No PRV, a principal estratégia para melhorar o rendimento da produção de leite é assegurar o acesso dos animais à alimentação de qualidade, ao longo do ano. Como o capim é o principal produto da dieta alimentar, o PRV consiste na implantação de pequenas áreas (“piquetes”) divididas igualmente em forma de um quadrado, manejando a pastagem por meio da modificação da disposição e formato dos piquetes, promovendo silagem de capim e realizando a introdução de novas forrageiras que sejam capazes de responder às condições de produção dos sistemas agroecológicos e ao regime de estresse hídrico durante os meses de maio e setembro, quando não chove na região.

Há dois principais limites para a implantação do sistema de PRV no assentamento: o custo inicial e a comercialização. Por um lado, o investimento inicial do PRV é alto, uma vez que necessita dispor dos mourões, arame, mangueira (para fornecimento e distribuição da água pelos piquetes) e os bebedouros para viabilizar a subdivisão da área da pastagem em piquetes. Por outro lado, a forma como a comercialização é operada atualmente dificulta que os sistemas pecuários agroecológicos avancem de forma plena, pois os laticínios atuam exclusivamente com a produção convencional de leite, não dispondo de sistema de coleta próprio que evite a contaminação e garanta o reconhecimento da produção. Para ambos os fatores limitantes, não há políticas de incentivo que favoreçam a produção do leite agroecológico. Ao contrário, todos os incentivos apontam para o modelo industrial, o que impõe à agricultura familiar e camponesa engajada no movimento agroecológico no assentamento desenvolver estratégias em rede no sentido de fortalecer e viabilizar essas experiências.

A partir desse caso, é possível ilustrar como o maior desafio para as organizações que promovem hoje as experiências agroecológicas - em que pese toda a conjuntura

política desfavorável no que tange aos direitos territoriais, sociais e ambientais - é assegurar meios que viabilizem estabelecer conexões nos territórios, tanto entre as organizações produtivas e de assessoria, quanto entre outras organizações e pessoas que residam nas áreas urbanas. Essa articulação pode se constituir em uma alternativa para ampliar a visibilidade das experiências agroecológicas, potencializar redes de comercialização e estabelecer um campo de resistência que permita se contrapor ao processo de desterritorialização que o agronegócio brasileiro vem promovendo em todas as áreas rurais do país. A Agroecologia é a alternativa mais viável política, econômica e ambientalmente para enfrentar o processo de degradação ecológica e o processo das mudanças climáticas, por meio da inclusão social, da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e da justiça ambiental.